

Congresso articula gasto extra de R\$ 5 bi para o próximo presidente

Mobilizados pelo presidente do Senado, parlamentares tentam dar reajuste de 53% a agentes de saúde

Bernardo Caram

Em período eleitoral, o Congresso pode deixar mais uma bomba fiscal para o próximo presidente. Deputados e senadores, liderados pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), articulam a derrubada do veto que impede a alta do piso salarial de agentes de saúde em 53%.

O impacto no Orçamento ficará próximo a R\$ 5 bilhões em três anos, diz o governo.

Em julho, ao aprovar uma medida provisória enviada pelo presidente Michel Temer para reformular as carreiras de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, o Congresso incluiu no texto o reajuste do piso salarial dessas carreiras.

O projeto prevê elevação gradual

do piso, dos atuais R\$ 1.014 para R\$ 1.550 em 2021.

Temer sancionou a proposta, mas vetou o trecho que permitia os reajustes. Entre os argumentos, afirmou que o aumento da remuneração é iniciativa reservada ao presidente e que o dispositivo fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, cabe aos parlamentares, em sessão conjunta, a decisão de manter o veto ou reincluir dispositivo na lei e permitir os reajustes.

Em vídeo de campanha divulgado nas redes sociais, Eunício reclama que a área econômica do governo afirmou não ter recursos para pagar o novo valor do piso salarial.

“Estou eu aqui de novo, pronto para ir a Brasília, fazer uma reunião do Congresso Nacional, que sou eu que presido, para derrubar um veto do presidente”, disse.

À Folha ele afirmou que tentaria marcar uma sessão nesta semana. É mais provável, porém, que a reunião

seja agendada para a primeira semana de setembro, quando já está previsto esforço concentrado para votação de projetos na Câmara e no Senado.

A elevação do piso atinge 355 mil agentes. Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, se o número de profissionais não aumentar, o impacto fiscal será de R\$ 1 bilhão em 2019, R\$ 1,6 bilhão em 2020 e R\$ 2,2 bilhões em 2021.

Embora sejam contratados pelos municípios, 95% do valor do piso desses servidores é bancado pelo governo federal.

Ainda assim, a Confederação Nacional de Municípios, que reúne prefeitos de todo o país, é contra o reajuste. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, argumenta que o ônus para as prefeituras também é alto, já que elas são responsáveis por complementar os salários e pagar encargos, benefícios e treinamentos.

Aroldi diz que o aumento vai gerar pressão por reajustes de outras





categorias e fazer com que município s estourem o limite de gastos com pessoal.

Lideranças partidárias consideram que são altas as chances de derrubada do veto. Entre os fatores, está o apelo popular da proposta, em um momento em que mais de 70% dos parlamentares tentam a reeleição. Se confirmada, a sessão será a única do Congresso durante o período de campanha eleitoral.

Outro indicativo é o fato de os deputados e senadores já terem derrubado, em abril deste ano, veto de Temer a um projeto que flexibilizava a carga horária dessas mesmas carreiras. “Quando Eunício marcar a sessão, estaremos lá. A oposição está mobilizada”, disse o líder da minoria no Congresso, deputado Décio Lima (PT-SC).

Mesmo entre aliados do presidente, o sentimento é que a

derrubada do veto é praticamente inevitável. Na Câmara, por exemplo, 228 dos 513 deputados compõem a Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. A maior parte deles é de siglas da base.

Para a líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS), mesmo que o reajuste infrinja a lei, é provável que o veto seja derrubado. “Se for para analisar o veto em setembro, é muito difícil alguém ter coragem de votar contra. O que aconteceria? Derrubaria o veto e deixaria para a justiça analisar a constitucionalidade.” Relator do projeto, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), responsável pela inclusão do reajuste no texto, disse que a proposta foi construída em conjunto com o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), sem contestação. André Moura e sua assessoria não responderam à reportagem.-



Reajuste escalonado afeta contas públicas

R\$ 1.014

é o valor do piso salarial dos agentes de saúde

R\$ 1.550

seria o valor após o reajuste escalonado que vai ser concedido até 2021

53%

será o índice final do reajuste do piso da categoria, o que afetaria as contas da União e dos municípios

Fundo bilionário da educação vence em 2020, e Congresso revisa distribuição

Flávia Faria e Paulo Saldaña

A necessidade de revisão do Fundeb, o principal mecanismo de financiamento da educação básica e que representa R\$ 4 a cada R\$ 10 gastos na área, tem mobilizado políticos, especialistas e ONGs em busca de melhorias.

O modelo atual vence em 2020 e há dois projetos em trâmite no Congresso. Estão em discussão alterações que podem ampliar em até cinco vezes os investimentos da União e a melhoria dos critérios de distribuição — o que privilegiaria municípios mais pobres.

Por outro lado, há o temor de que o país perca a oportunidade de promover ajustes relevantes ou até mesmo que o fundo não seja renovado.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios e uma complementação da União. Sua revisão será uma das pautas

legislativas mais importantes do próximo governo, dada a dependência de praticamente todas as redes públicas do país dessas verbas.

Em quatro de cada dez municípios, ele responde por ao menos 70% do orçamento da educação. Os dados foram tabulados pelo Movimento Todos pela Educação a partir de estudo técnico da Câmara, que apurou os gastos de 93% dos municípios. Incorreções nas prestações de contas dificultam o levantamento total.

A briga por mais recursos da União ganha maior relevância porque o Fundeb ficou fora do teto de gastos públicos, medida aprovada pelo governo Michel Temer em 2016. Neste ano, o fundo distribuiu R\$ 148,3 bilhões.

O Fundeb funciona assim: parte da arrecadação dos estados e municípios é reservada para o fundo.

Todo os anos, o MEC determina um valor mínimo anual por estudante, que é válido para todo o país. Neste ano, foi de R\$ 3.016,67.

A União repassa um volume correspondente a 10% da arrecadação total, a ser distribuído entre aqueles que não atingiram o valor mínimo.

Depois, as verbas do fundo de cada estado são redistribuídas entre as redes, com base no número de alunos por modalidade (ensino integral recebe mais, por exemplo).

Em 2018, receberam a complementação Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Isso inclui seus respectivos municípios.

O projeto em trâmite na Câmara prevê aumentar o repasse de 10% para 30%. Pelo texto apresentado no Senado, o incremento seria de 50%, o que representa quase R\$ 49





bilhões amais do que hoje. Isso aumentaria o protagonismo da União no financiamento da educação, o que é defendido por especialistas. Quase 80% do gasto do ensino básico sai dos cofres de municípios e estados.

Criado em substituição a outro fundo, o Fundef, em 2007, o Fundeb teve um efeito positivo. Sem ele, haveria cidades com menos de R\$ 500 por ano por aluno. Também passou a levar em conta matrículas da creche ao ensino médio —o Fundef só considerava o fundamental.

Por conta das desigualdades regionais, o valor investido por aluno no ano (considerando o Fundeb e todos os outros gastos) varia quase sete vezes no país. Enquanto Pinto Bandeira (RS) tem um gasto anual de R\$ 19.559,61 por aluno, Buriti (MA) tem R\$ 2.911,94 (valores de referência de 2015).

A prefeitura do município do interior maranhense tem menos de R\$ 243 por mês por estudante. E aí estão incluídos todos os gastos com educação, de salário dos professores a merenda e transporte.

Praticamente todo o orçamento da educação de Buriti depende do Fundeb. “Temos muitas dificuldades

e tentamos fazer alguma coisa. Mas oferecer educação de qualidade mesmo... é complicado”, disse a secretária de Educação, Rosinalva Cardoso.

A situação está longe de ser isolada. Das 5.570 cidades do país, 62% (3.199) têm disponíveis menos de R\$ 400 por mês por aluno.

“O foco é como o Fundeb poderá melhorar as condições de financiamento dos locais mais precários, para garantir o mínimo de qualidade da oferta de ensino”, diz o coordenador de projetos do Todos Pela Educação, Caio Callegari.

O Todos pela Educação tem reunido uma série de estudiosos para discutir novos formatos do mecanismo, e mantém contato com parlamentares.

O movimento é a favor do aumento da complementação da União, mas, segundo Callegari, ainda não defende percentual específico. Também se avalia aglutinar ferramentas para a indução de qualidade, como redução de desigualdades educacionais.

A atenção principal tem sido dada à alteração nas regras de distribuição, para levar em conta o

município e sua realidade econômica na divisão do bolo. Hoje, a complementação da União se organiza pelo estado, não pela cidade.

Estudo da Câmara com base nos dados de 2015 indica que uma redistribuição mais justa, mesmo sem aumentar o dinheiro federal, poderia elevar o valor mínimo por aluno para R\$ 3.933,00 (alta de 35%).

Cidades pobres que estão fora dos estados que tradicionalmente recebem a complementação da União poderiam ser beneficiadas. Em Monteiro Lobato (150 km de SP), por exemplo, que tem nível socioeconômico abaixo da média do estado, o Fundeb representou um acréscimo de apenas 2% no valor anual recebido antes da criação do fundo.

Para fechar as contas, diz a secretária de Educação, Ellen Bertolini, a gestão precisa estabelecer prioridades: em um ano, por exemplo, reforma as escolas; no outro, repõe os livros das salas de leitura.

Para Fernando Luiz Abrucio, da FGV, é importante direcionar mais dinheiro para os municípios mais pobres e, em alguma medida,





incentivar práticas que melhorem os resultados educacionais. Um sistema efetivo de colaboração entre governo federal, estados e municípios é imprescindível para isso, diz ele.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação e outros atores defendem que os valores do Fundeb estejam relacionados a um padrão mínimo de qualidade (levando em conta do salário do professor à estrutura das escolas).

“Hoje o critério é aritmético. Precisamos compor a complementação com critério qualitativo. E seria justamente esse o papel da União na complementação de 50%”, diz Salomão Ximenes, da Universidade Federal do ABC.

Sobre a complementação da União no Fundeb, o MEC diz que é “defensor dos recursos para a educação e entende que há muito que pode ser feito hoje em termos de alocação equitativa e eficiente”.

Investimento em educação

Fundo representa 4 a cada 10 reais gastos na educação básica

R\$ 282 bilhões
é investimento do país
em educação básica*

R\$ 117,3 bilhões
é o gasto via Fundeb

R\$ 107,6 bi
valor em impostos
que compõem o fundo

R\$ 9,7 bi
é a complementação
da União no Fundeb

O Fundeb

É o principal mecanismo de distribuição de recursos para a educação básica, que vai da creche ao ensino médio. O fundo é composto pela arrecadação de alguns impostos estaduais e municipais e uma complementação da União. A distribuição é feita com base no número de alunos por etapa

Prazo

Fundeb vence em 2020 e um novo modelo está em discussão no Congresso Nacional

Principais pontos em discussão

- Aumento do repasse da União
- Melhor redistribuição de recursos para municípios que mais precisam
- Torná-lo permanente
- Indução de boas práticas
- Vinculação a custo aluno qualidade (CAQ)

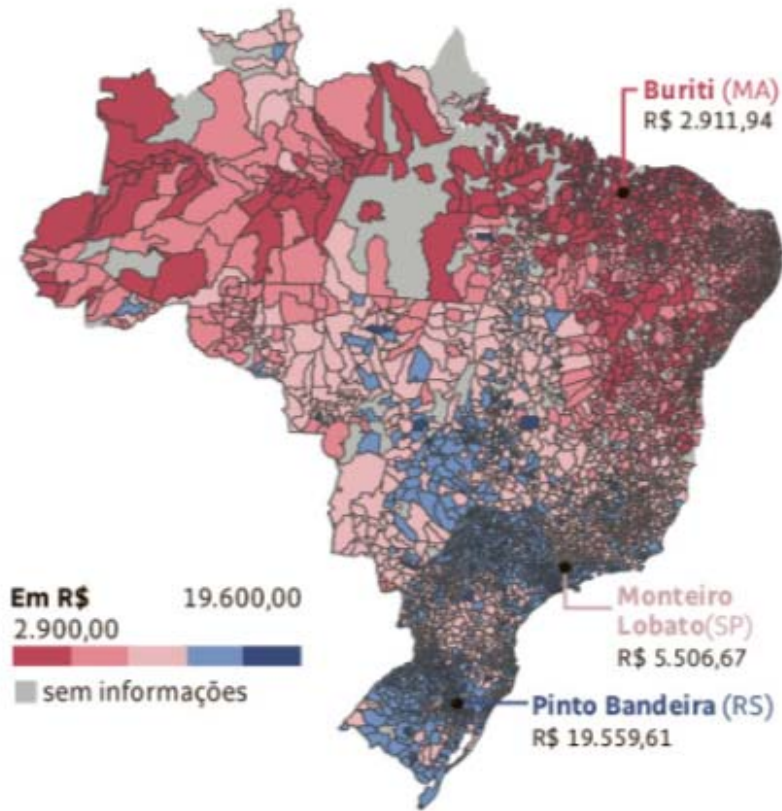
Quem paga a conta da educação

Em %





Mesmo com distribuição do Fundeb, gasto anual por aluno é muito desigual no Brasil**



Investimentos anual por aluno

Municípios

Em %



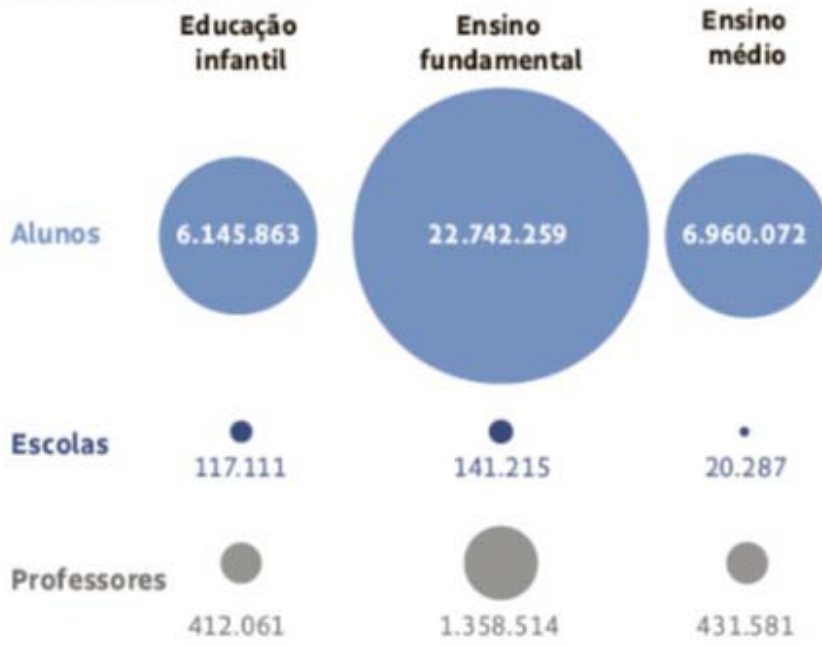
Dependência

Municípios de acordo com peso do Fundeb no orçamento total da educação





Raio-x da rede pública***



*Dados de 2014, já consolidados ** Dados de 2015, considera 5.162 municípios
***Dados de 2017 Fontes: FNDE/MEC, Inep/MEC e Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD. Elaboração: Todos Pela Educação/ Censo 2017